

Professores cerceados



UMA LINHA DO TEMPO DOS **CASOS PÚBLICOS DE PERSEGUIÇÃO** CONTRA PROFESSORES, INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E GRUPOS DE PESQUISA NO DEBATE SOBRE **SEXO E GÊNERO** NO BRASIL

Um ambiente de crescente hostilidade tem minado o debate acadêmico sobre sexo e gênero no Brasil. O que antes era um campo de estudos consolidado e plural, com diferentes perspectivas teóricas, transformou-se em palco de intimidação, ameaças e assédio.



Matria - Associação de Mulheres, Mães e Trabalhadoras do Brasil

19 de novembro de 2025

O campo de pesquisas sobre sexo e gênero implodiu. A MATRIA recebe constantemente relatos de mulheres em crise com seu próprio trabalho, pressionadas a seguir abordagens teóricas de que discordam e sendo "corrigidas" em pareceres, bancas e congressos acadêmicos por não subscrever a um novo dogma: o pós-estruturalismo, a teoria queer e a [inflação de demandas do transativismo](#).

O fato é que hoje professores, pesquisadores e até instituições científicas que apresentam divergências em relação a essa perspectiva teórica, questionam pautas transativistas ou simplesmente defendem o livre debate têm sido alvo de campanhas coordenadas por coletivos universitários, outros docentes e até mesmo políticos eleitos e sindicatos. Os casos envolvem desde formas de ação direta como abaixo-assinados, cartas abertas, protestos e boicotes até abertura de processos disciplinares, termos de ajustamento de conduta, registros de boletins de ocorrência, indiciamentos criminais e frequência compulsória a cursos sobre identidade de gênero.

A pressão por um controle estrito da linguagem, dos conceitos e das ações tem gerado um clima de medo e o simples ato de discutir teorias ou usar um pronome indesejado por alguém pode levar a acusações de transfobia, resultando em perseguição.

A linha do tempo "Professores Cerceados" expõe uma série de casos públicos que ilustram como posições alinhadas à ciência e à legislação vigente vêm sendo tratadas como discurso de ódio e como professores vêm sendo perseguidos por fazer seu trabalho.

O controle sobre a linguagem e os conceitos

A fiscalização da linguagem tornou-se um dos principais focos de conflito. Professores como **Jan Alyne Prado** (ex-UFBA, atualmente UFJF) e **Valdiney Gouveia Veloso** (UFPB) foram acusados de transfobia pelo uso de pronomes indesejados, enquanto **Anaildo Baraçal** (UNIRIO) enfrenta processo por se referir a um discente pelo nome que consta na chamada. O debate terminológico também é alvo: a filósofa **Djamila Ribeiro** (MIT) e a professora **Mara Telles** (UFMG) sofreram ataques e denúncias ao criticarem a substituição da palavra "mulher" pela expressão "pessoa que menstrua" - uma troca também [rejeitada por 90% da população brasileira](#). Telles foi submetida a uma sindicância e foi pressionada pela UFMG a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), mas se recusou.

A fiscalização da reflexão teórica e da pesquisa científica

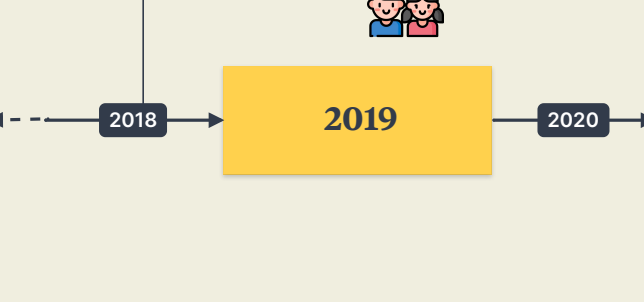
Além do controle da linguagem, a própria atividade acadêmica de pesquisar e debater teorias tem sido cerceada. Na Universidade Federal Fluminense (UFF), palestras críticas ao conceito de "criança trans" foram canceladas e um curso da professora **Fabiana Jordão** (UFCAT) sobre o conceito de gênero foi excluído da programação de um congresso.

O professor **Richard Miskolci** (UNIFESP) foi declarado "persona non grata" por organizações, acadêmicos e celebridades por promover discussões teóricas na sua área de *expertise* sobre "cisgeneridade" e "não binariedade", e as instituições acadêmicas que o apoiaram, como o **Núcleo Pagu** (UNICAMP) e a **ANPOCS**, também se tornaram alvo de ataques.

MATRIA

2019: Semana de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Duas palestras de Eugenia Rodrigues, críticas ao conceito de "criança trans" foram [canceladas pela organização da Semana de Psicologia na UFF](#), sob pressão de transativistas nas redes sociais. Oito anos depois, o Conselho Federal de Medicina adotaria [diretrizes restritivas](#) quanto a intervenções hormonais e cirúrgicas em menores de idade, acompanhando países como Inglaterra, Suécia, Finlândia e Dinamarca. Isso mostra que a atividade proposta era relevante e alinhada às evidências científicas, mas foi censurada pela ação de grupos mobilizados.



Recentemente, um documento publicado em parceria entre um núcleo de pesquisa universitário e duas ONGs admitiu com naturalidade o veto à discordância. O relatório ["Frenteiras Borradas"](#) mostra as estratégias utilizadas pelos autores e seus informantes para limitar a presença do que classificam pejorativamente como "feminismos essencialistas" na academia.

Um dos docentes universitários citados no documento, por exemplo, admite adotar uma tática para impedir a participação de docentes com visões divergentes da sua:

*“**A gente tinha que arrumar um jeito dessas feministas não entrarem em uma proposta de um curso [...] O jeito que a gente arrumou foi criar critérios de separação colocando perspectivas queer no título do curso. Quando a gente colocou isso, elas não se candidataram mais**” [p. 40].”*

O documento também rotula as demandas legítimas de professores por liberdade de cátedra e liberdade de expressão como mero disfarce para **"para posições antigênero ou abertamente transfóbicas"** [p. 41], sem analisar seus argumentos ou seu mérito acadêmico e científico.

A caricatura que constroem para justificar esse estado de coisas em torno do "feminismo essencialista" dificilmente se sustenta quando se constata, por exemplo, que até mesmo autoras de [vertente teórica construtivista](#) ou [pós-estruturalista](#) têm sido alvo de difamação e cancelamento pelo transativismo.

O fato de que alguns dos principais atores desse campo fazem essas confissões tão aberta e impunemente mostra a que nível já conseguiram hegemonizar o debate e corromper a ciência.

Consequências destrutivas

As consequências desse estado de coisas para os acadêmicos são severas e extrapolam o ambiente virtual. O professor **Ricardo Cabral** (UFRJ), acusado de transfobia e capacitismo, foi expulso do campus por estudantes e afastado de suas atividades. O professor **Fabian Tadeu do Amaral** (UFES) foi forçado a assinar um termo de ajustamento de conduta e a se submeter a um curso sobre identidade de gênero. A professora **Jan Alyne Prado** foi forçada a tirar uma licença médica e a pedir remoção para a UFJF em vista da agressividade dos alunos. O professor **Rodrigo Peres** (UFBA) foi alvo de campanha de cancelamento movida por sindicato e até por políticos eleitos, tendo palestra cancelada.

Opiniões sobre políticas públicas, como o de **Leonardo Calid** (U:VERSE) a respeito do boxe olímpico feminino, e de **Valeska Zanello** (UNB) e **Marcia Tiburi** (Universidade Paris 8) sobre a criminalização da misoginia geram campanhas de assédio. Pesquisadores com ampla e reconhecida produção na área de gênero e feminismo, como **Luis Felipe Miguel** (UNB), **Richard Miskolci** (UNIFESP) e **Zanello** (UNB) são desmoralizados e denunciados.

Esses casos ilustram a presente ameaça à liberdade de cátedra e ao avanço do conhecimento. A pluralidade, essencial ao ambiente acadêmico, deu lugar à perseguição e à polícia do pensamento, com graves consequências para o futuro da ciência e do debate público no Brasil.

2022: Djamila Ribeiro (MIT)

[Atacada nas redes sociais e portais de notícias](#) por criticar em artigo de jornal a troca de "mulher" pela expressão "pessoa que menstrua". Djamila se manteve firme e [defendeu seu direito à discordância](#). Hoje sua posição é alinhada à [Lei nº 15.263/2025](#), que versa sobre linguagem simples na administração pública, indicando preferência por termos conhecidos pela população e rechaçando a "linguagem neutra."



2023: Fabiana Jordão (UFCAT)

Teve [curso crítico ao conceito gênero cancelado](#) na RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul na UFF após campanha movida por transativistas. Debates sobre sexo e gênero são parte regular das pesquisas nas ciências humanas [há décadas](#) e só recentemente passaram a ser tratados como "controversos".

2023: Jan Alyne Prado (UFBA)

Ao tratar estudante que não conhecia por pronome masculino, a professora foi atacada, insultada e [acusada de transfobia](#). O caso motivou protestos de estudantes, que pediram seu afastamento. A UFBA [arquivou o processo](#) aberto pela professora por assédio moral e calúnia e ela pediu remoção para a UFJF, relatando "injustiça, desamparo institucional e alta periculosidade no ambiente de trabalho". Atualmente, é alvo de [investigação criminal](#) instigada por secretária do sindicato ANDES por falar da perseguição que sofreu.

2023: Wilson Gomes (UFBA)

Atacado nas redes sociais e [chamado de "cafajeste"](#) em texto de opinião por [defender a colega](#) Jan Alyne Prado.

2023: Mara Telles (UFMG)

Foi [denunciada por transfobia](#) ao criticar o uso da expressão "pessoas que menstruam" para se referir a mulheres. O Centro Acadêmico de Ciências Sociais pediu seu afastamento e a professora foi submetida a uma sindicância na universidade. [Pressionada a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta \(TAC\)](#)., ela se recusou. Mara é até hoje alvo constante de pichações e ameaças nas paredes da universidade, embora sua posição seja hoje amparada pela [legislação brasileira](#).

2023: Valdiney Gouveia Veloso (UFPB)

Acusado de transfobia por usar pronomes indesejados por estudantes, conseguiu o [indiciamento de dois alunos por calúnia](#).

2023: Angelita Pereira de Lima (UFG)

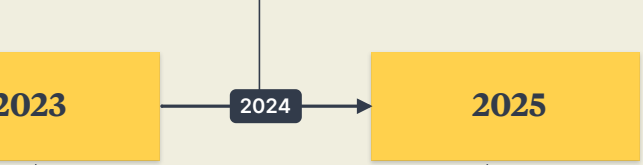
A reitora foi alvo de [pichações](#) e manifestações por não colocar cotas para transgêneros em deliberação.

2022: Fabian Tadeu do Amaral (UFES)

Amaral foi denunciado por alunos em carta aberta por discordar do critério da autoidentificação de gênero para o uso de banheiros na instituição. Um jornal repercutiu a acusação de transfobia e, apesar de sua posição refletir a [opinião da maioria dos brasileiros](#), o professor pediu desculpas pelo posicionamento. A UFES submeteu-o a um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), que incluiu [frequência compulsória a um curso](#) sobre identidade de gênero.

2022: Ana Paula Penkala (UFPEL)

Penkala tem sido [perseguida pelo centro acadêmico](#) e outros discentes do Centro de Artes da instituição por defender a legitimidade da categoria sexo para as leis e políticas públicas. Suas posições não representam uma franja extremista, mas estão alinhadas com a CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, da qual [o Brasil é signatário desde 2002](#).



2023: Richard Miskolci (UNIFESP)

Foi [declarado "persona non grata"](#) por organizações transativistas, acadêmicos e até personalidades públicas por fazer discussão teórica e científica sobre os conceitos de "cisgeneridade" e "não binariedade". Uma vasta literatura acadêmica internacional dedica-se à [mesma discussão](#), que se busca censurar no Brasil.

2023: Núcleo PAGU (UNICAMP)

Alvo de [nota de repúdio](#) e campanha nas redes por ter [manifestado apoio](#) ao professor Richard Miskolci, defendendo **"a possibilidade do dissenso, do respeito democrático aos embates conceituais e sem censura ou banimento"**. O PAGU é um dos mais antigos e importantes núcleos de estudos de mulheres e gênero do Brasil.

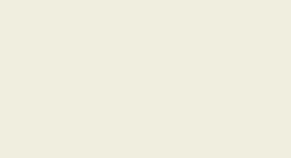
2023: Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)

Alvo de intensa [campanha nas redes sociais](#) por divulgar nota de apoio ao professor Richard Miskolci, aprovada pelo Fórum de Coordenadores das Pós-Graduações em Ciências Sociais. Após ataques coordenados nas redes, a ANPOCS cedeu, divulgando [sua própria nota](#) em apoio aos transativistas.

2023: Valeska Zanello (UNB) e Marcia Tiburi (Universidade Paris 8)

Zanello [lançou petição](#) a favor da criminalização da misoginia, buscando equipará-la legalmente ao racismo, homofobia e transfobia. Por essa iniciativa, foi [acusada por organizações transativistas de transfobia](#) e [exposta nas redes sociais](#). Zanello [defendeu o diálogo](#) e argumentou que proteger as mulheres não fragiliza pessoas transidentificadas. Ao endossar a proposta, Tiburi tornou-se alvo das mesmas acusações e fez um [vídeo de retratação](#).

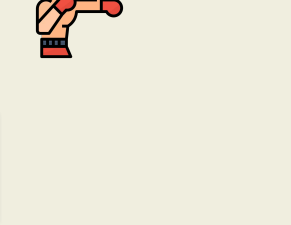
2024: Ricardo Cabral (UFRJ)



[Acusado de transfobia e capacitismo](#) pelos alunos, Cabral foi [expulso do campus da UFRJ](#) durante protesto organizado pelos discentes e [afastado das suas atividades](#) pela administração da universidade.

2024: Leonardo Calid (U:VERSE)

[Acusado na imprensa](#) de cometer transfobia ao comentar a presença de pessoas do sexo masculino no boxe olímpico feminino, [Calid não recuou](#). Apenas um ano depois, o Comitê Olímpico Internacional adotou a [mesma posição](#), mostrando que ela é incontroversa e baseada em fatos.



2025: Rodrigo Perez (UFBA)

Foi alvo de uma [moção de repúdio](#) do ANDES - Sindicato Nacional, encaminhada à sua universidade para providências por declarações supostamente "transexcludentes" e "neofascistas". Após o episódio, teve palestra cancelada na UFF de Angra dos Reis por efeito de um [documento assinado por coletivos, grupos de pesquisa e até por parlamentar](#). Rodrigo é ativo no [Instagram](#), onde divulga análises sobre movimentos identitários.

2025: Luis Felipe Miguel (UNB)

Junto com os professores Rodrigo Perez e Jan Alyne Prado, foi acusado em [trabalho apresentado em congresso acadêmico](#) de disseminar "discursos transfóbicos". Miguel mantém um [Substack](#), onde escreve, entre outros tópicos, sobre direitos das mulheres, tema sobre o qual pesquisa e publica [livros e artigos](#) há décadas.

2025: Anaildo Baraçal (UNIRIO)

Foi alvo de [abaixo-assinado](#) dos alunos de Museologia. Baraçal é acusado de transfobia por referir-se a discente pelo nome registrado na chamada. As acusações incluem "insensibilidade". O professor enfrenta processo instaurado pela Comissão de Ética da universidade.

2025: Nome desconhecido (UNEB)

Professora da UNEB é [acusada de transfobia, racismo e intolerância religiosa](#) contra estudante.

**Um [único caso ocorrido na USP](#) não foi incluído na linha do tempo, pois [pesam contra o professor não só acusações de transfobia](#), mas de [ameaça contra discentes](#). O caso foi levado à justiça. A MATRIA [defende o devido processo legal](#) e a [presunção de inocência](#), ao mesmo tempo que [não compactua com nenhum tipo de violência ou ameaça contra pessoas transidentificadas](#).*

***Créditos:** Ícone de protesto criado por [noomtah](#); ícone de boxe criado por [monkik](#); ícone de crianças criado por [Freepick](#).*